

Quando o lazer ameaça o trabalho: Reflexos da pesca esportiva na pesca profissional

Jacqueline Satilho Carvalho^{1*}, Adeilson Pereira², Estefany da Silva Miranda³, Gustavo Henrique Gonçalves Rodrigues Soares⁴, Isadora Dutra Henz⁵, Leticia Kuzma Santos⁶, Maria Lídia de França Barbosa Pinheiro⁷, Vitória da Silva Vilhena⁸, Alisson Henrique Rosário⁹

¹Direito, Afya Centro Universitário, Ji-Paraná, Rondônia, Brasil

²Especialista em Direito em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, 2017. E-mail: alisson.rosario@afya.com.br

1. Introdução

A relação entre o ser humano e o meio ambiente sempre exigiu equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ecológica. No contexto brasileiro, marcado pela abundância de recursos hídricos e pela forte dependência de atividades pesqueiras, esse equilíbrio torna-se ainda mais relevante. Em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, o Rio Machado representa um importante patrimônio natural e cultural, constituindo não apenas um recurso ambiental, mas também uma fonte de sustento e identidade para diversas famílias ribeirinhas que vivem da pesca profissional.

Nos últimos anos, observou-se um crescimento expressivo da pesca esportiva na região, atividade que, embora possua caráter recreativo e turístico, tem provocado impactos ambientais e socioeconômicos significativos. A prática do “pesque e solte”, que deveria garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, nem sempre é respeitada. Em muitos casos, há captura excessiva, desrespeito ao período de defeso e descarte inadequado de resíduos, fatores que contribuem para a redução da fauna aquática e para o desequilíbrio ecológico do rio.

Portanto a problemática apresentada neste projeto surge, da necessidade de conciliar o direito ao lazer igualmente protegido constitucionalmente com o direito ao trabalho e à preservação ambiental. A ausência de conscientização por parte de alguns praticantes da pesca esportiva e a carência de políticas públicas eficazes de fiscalização e educação ambiental evidenciam uma lacuna social e jurídica que exige intervenção e reflexão.

A relevância deste estudo justifica-se pela importância de compreender os efeitos da pesca esportiva sobre a pesca profissional, tanto sob a ótica social e

econômica quanto sob o ponto de vista ambiental. Assim, o presente projeto tem como objetivo analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais da pesca esportiva sobre a pesca profissional no Rio Machado, no município de Ji-Paraná RO, buscando identificar os reflexos dessa prática na renda e nas condições de trabalho dos pescadores profissionais, avaliar os efeitos ambientais decorrentes da atividade e promover a conscientização sobre a importância da educação ambiental e da fiscalização como instrumentos de preservação e equilíbrio entre o lazer e a subsistência.

2. Metodologia

A metodologia adotada neste projeto baseia-se em ações de conscientização voltadas à preservação ambiental e ao respeito às atividades econômicas ligadas à pesca profissional. Para tanto, será realizada a distribuição de panfletos informativos como principal instrumento educativo, com o objetivo de alertar os pescadores amadores sobre os limites legais e ambientais que devem ser observados durante a prática da pesca.

2.1 Tipo de Estudo

Nossos estudos estão focados nas informações explicativas de como o lazer pode muitas vezes atrapalhar o profissional. Não por maldade, mas por falta de conhecimento do que pode e não pode ser feito. Os pescadores profissionais precisam que a população aprenda que o rio precisa de silêncio, respeito às leis ambientais e coerência e cuidado quando devolvem os peixes ao rio, para não causar nenhum dano aos animais. Visando uma qualidade no ambiente, de respeito e auxílio entre os dois

grupos, para a preservação e conservação das espécies e fauna do nosso Rio Machado.

2.2 Local e Período do Estudo

Aqui em Ji-Paraná, contamos com uma Colônia de Pescadores atuante, que está apta a oferecer informações sobre o período de defeso das espécies do nosso município, assim como informar a respeito de irregularidades muitas vezes praticadas sem intenção, como por exemplo o barulho excessivo, as pescas em locais inapropriados. Além do conhecimento dos pescadores profissionais, pesquisamos em artigos já existentes, para podermos abranger o maior número de falhas encontradas nesses ramos para criarmos dados explicativos e norteadores de melhor modo de sanar o problema. O eixo de pesquisa física se deu em Ji-Paraná – Rondônia entre setembro e outubro de 2025.

2.3 População e Amostra

Em nossa cidade a pesca esportiva vem crescendo exponencialmente, que não tem como ser calculada, pois a carteira de pesca esportiva é retirada em site sem qualquer burocracia, desde que tenha mais de 18 anos e pague a taxa da modalidade que pretende fazer uso. O que poderia dar uma dimensão melhor seria o fornecimento desta carteira diretamente na Colônia de pescadores, que teria um controle adequado e poderia passar as informações, que muitas vezes não são de conhecimento geral. Os pescadores profissionais cadastrados são 130, com um contingente de outros municípios vizinhos, como: Ouro Preto do Oeste; Jaru; Presidente Médici; Cacoal e Pimenta Bueno.

Trabalhamos com a distribuição de panfletos com orientações sobre as normas que regulam a pesca amadora, destacando a importância de não interferir na atividade dos pescadores profissionais, que têm na pesca sua principal fonte de sustento. Além disso, há informações sobre o período de defeso, enfatizando a relevância dessa medida para a preservação das espécies e manutenção do equilíbrio ecológico.

Os panfletos contêm orientações sobre as normas que regulam a pesca amadora, destacando a importância de não interferir na atividade dos pescadores profissionais, que têm na pesca sua principal fonte de sustento. Além disso, haverá informações sobre o período de defeso, enfatizando a relevância dessa medida para a preservação das espécies e manutenção do equilíbrio ecológico.

2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Foram entrevistados pescadores profissionais, onde fizemos questionamento de como poderia ser

melhorado o seu local de trabalho, que é o rio, já que para essas pessoas a pesca é o único sustento para prover para sua família. Esse método de pesquisa que se deu através de reuniões, é habitual no nosso projeto de extensão e auxilia a buscar na fonte aquilo que pode ser melhorado para população que vive à margem do rio e sobrevive da pesca. Foi uma pesquisa elaborada pelos autores deste estudo, sendo registrado digitalmente e em papel.

2.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Iniciamos nossa pesquisa no início do mês de agosto, com pesquisas sobre a população ribeirinha e a vida do pescador nos dias atuais. Em meado do mesmo mês nos encontramos com os pescadores profissionais, para a primeira reunião de conhecimento.

A distribuição dos panfletos foi realizada em formato de pit stop, em pontos estratégicos da cidade, previamente selecionados pela equipe, visando atingir o maior número possível de pescadores e frequentadores de áreas de pesca. Essa abordagem direta e educativa busca promover uma mudança de comportamento, despertando a consciência coletiva sobre a necessidade de práticas pesqueiras sustentáveis e responsáveis.

Este estudo foi realizado no período de 03 meses, mas ainda não se encerrou. Continuamos panfletando e levando informações sobre a necessidade de conhecermos as leis e regras exigidas pelos órgãos que administram a pesca no Brasil.

3. Resultados

A execução do projeto de extensão voltado à avaliação dos impactos da pesca esportiva sobre a pesca profissional no Rio Machado, em Ji-Paraná (RO), gerou resultados expressivos nos âmbitos ambiental, social, econômico e educacional. As ações desenvolvidas contribuíram para ampliar a consciência coletiva sobre o uso responsável dos recursos pesqueiros e para fortalecer o diálogo entre os diferentes grupos de usuários do rio, buscando uma convivência mais equilibrada entre o lazer e a subsistência.

Durante as ações de campo e atividades de sensibilização, observou-se ampla receptividade da comunidade ribeirinha, que participou ativamente das orientações sobre sustentabilidade, legislação ambiental e boas práticas pesqueiras. Também foi constatado interesse crescente entre pescadores amadores e esportivos em compreender as normas que regulamentam a atividade, ainda que práticas irregulares persistam — principalmente no período de defeso, quando a pesca é restrita para garantir a reprodução das espécies.

Apesar dos avanços, verificou-se que uma parcela significativa dos praticantes da pesca esportiva ainda desrespeita as regras do defeso, realizando capturas ilegais ou utilizando de forma inadequada a modalidade “pesque e solte”. Essas condutas impactam diretamente a fauna aquática, reduzindo a disponibilidade de peixes para a pesca profissional e comprometendo o equilíbrio ecológico do Rio Machado. A fragilidade da fiscalização e a ausência de campanhas educativas contínuas, agravam a situação, gerando insatisfação entre os pescadores artesanais.

As iniciativas educativas do projeto, especialmente as campanhas em formato de pit stop e as ações informativas em locais estratégicos, mostraram-se eficazes no reforço da conscientização sobre o período de defeso, o manejo sustentável dos peixes e a disposição correta de resíduos. Foram distribuídos materiais informativos (panfletos, cartazes e banners) em pontos de grande circulação, como margens do rio, feiras livres e postos de combustível. Além disso, a divulgação em rádios comunitárias, mídias digitais e jornais locais ampliou o alcance da mensagem, atingindo um público diversificado e fortalecendo o comprometimento coletivo com a preservação do ecossistema.

No campo socioeconômico, a pesquisa de campo e os relatos dos pescadores profissionais evidenciaram que há impactos financeiros diretos decorrentes da prática irregular da pesca esportiva, com redução no volume de captura e prejuízos econômicos, sobretudo no período pós-defeso — quando as espécies deveriam estar em recuperação. Contudo, as ações extensionistas contribuíram para aproximar os grupos de pescadores, criando um espaço de diálogo e valorizando a importância da pesca sustentável como instrumento de equilíbrio social e econômico.

Em relação à dimensão ambiental, as atividades do projeto possibilitaram identificar práticas prejudiciais ao ecossistema aquático, como: uso de iscas artificiais não biodegradáveis; descarte inadequado de lixo nas margens do rio; emissão excessiva de ruídos por embarcações.

Após as campanhas de conscientização, notou-se mudança de comportamento em parte dos pescadores esportivos, que passaram a respeitar com mais rigor o defeso, praticar o “pesque e solte” de forma ética e colaborar com pescadores profissionais na proteção do rio.

De forma geral, os resultados alcançados demonstram que a educação ambiental aliada à comunicação social constitui uma ferramenta eficaz para incentivar práticas sustentáveis e reduzir conflitos entre os diferentes grupos que utilizam os recursos do Rio Machado. Ainda que exista desafios quanto à intensificação da fiscalização e à continuidade das ações

educativas, o projeto proporcionou avanços significativos no fortalecimento da consciência ambiental, na valorização da pesca profissional e no respeito ao período do defeso, essencial para a preservação da biodiversidade aquática.

Por fim, o projeto reafirma que o respeito ao defeso e o investimento em educação ambiental são pilares fundamentais para garantir a convivência harmoniosa entre lazer, trabalho e proteção ecológica. A consolidação dessas práticas assegura o uso sustentável dos recursos naturais do Rio Machado, garantindo sua preservação para as gerações atuais e futuras.

4. Conclusão

O presente projeto de extensão teve como escopo central a análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da prática da pesca esportiva sobre a pesca profissional no Rio Machado, localizado no município de Ji-Paraná, Rondônia. A relevância da temática justifica-se pela necessidade de promover um equilíbrio entre direitos fundamentais previstos constitucionalmente, como o direito ao lazer, ao trabalho e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Durante a execução do projeto, constatou-se a existência de lacunas tanto no âmbito social quanto jurídico, especialmente em razão da escassa conscientização por parte de alguns praticantes da pesca esportiva, bem como da fragilidade das políticas públicas voltadas à fiscalização e ordenamento das atividades pesqueiras.

A abordagem metodológica adotada pautou-se em ações educativas e de conscientização ambiental, com o intuito de orientar e informar os pescadores amadores sobre os limites legais da atividade, os impactos ambientais e socioeconômicos de suas práticas, e a necessidade de respeitar os períodos de defeso e as atividades da pesca profissional. Como principal instrumento de intervenção, foram desenvolvidas campanhas informativas por meio de panfletagem em formato de pit stop, estrategicamente realizadas em postos-chave da cidade. Complementarmente, os conteúdos foram amplamente divulgados por meio de rádios comunitárias, mídias locais e plataformas digitais, com o objetivo de ampliar o alcance das mensagens educativas e reforçar a noção de responsabilidade socioambiental coletiva.

Os resultados esperados concentram-se na indução de mudanças comportamentais entre os praticantes da pesca esportiva, fomentando uma cultura de sustentabilidade, respeito mútuo e uso responsável dos recursos naturais. Ao sensibilizar a sociedade quanto aos prejuízos provocados pela atividade recreativa quando exercida de forma desregulada — tais como poluição, perturbação sonora e impacto na biodiversidade aquática

—, almeja-se contribuir para a mitigação dos conflitos entre os grupos envolvidos, assegurando a continuidade das atividades de subsistência das famílias que dependem da pesca profissional. O projeto, portanto, consolida-se como uma proposta de intervenção educativa, pautada no desenvolvimento sustentável, na justiça social e na coexistência harmoniosa entre diferentes formas de uso do ecossistema fluvial do Rio Machado.

5. Referências

DUTRA, Natasha; EVANGELISTA, Silvane Tibes.

Pescadores artesanais, sociedade de risco e os impactos ambientais, 22/09/2017. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pescadores-artisanais-sociedade-de-risco-e-os-impactos-ambientais/501576437>. Acesso em 08 de setembro de 2025.

LOPES, Kelven; OLIVEIRA, Patrícia; LUIZ, Felipe; RAMIRES, Milena. O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2022. DOI: [10.34024/rbecotur.2022.v15.12472](https://doi.org/10.34024/rbecotur.2022.v15.12472). Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/12472>. Acesso em: 09 de setembro de 2025.

RONDÔNIA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Lei nº 1038 – 22 de janeiro de 2002 – sobre diretrizes para proteção à pesca e estímulos à aquicultura do Estado de Rondônia; Portaria nº 280 – 12 de novembro de 2012 – sobre a proibição da prática da pesca profissional e amadora durante o período do defeso, anualmente, no período de 15 de novembro a 15 de março do ano subsequente, em todos os rios e afluentes do Estado de Rondônia**. Disponível em: <https://www.sedam.ro.gov.br/post/colmam-pesca-e-piscicultura>. Acesso em 09 de setembro de 2025.